TERMO DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

inscrição número	Procedimentos	t. 121, inciso IV, alínea E da Resolução CFO-63/2 nos Conselhos de Odontologia), indicamos	o (a) Sr (a)
inscrito no CNPJ sob no	_	o, como sendo responsável técr	nico (a) pela Pessoa Jurídica de nome
complemento (se houver)	-		
complemento (se houver)	endereço		, N°,
	complemento (s	e houver)	,bairro
Declaramos, ainda, que estamos cientes do que determina o art. 90 e seus parágrafos: "Art. 90. É obrigatória a existência, em quaisquer das entidades prestadoras de serviços, de um cirurgião- dentista como responsável técnico. *Em caso se laboratório de prótese dentária, poderá ser um Técnico em Prótese Dentária ou um Cirurgião Dentista – art. 95, alínea c". § 1º. Necessariamente, o responsável técnico deverá ser um cirurgião-dentista com inscrição no Conselho Regional da jurisdição, quite com sua tesouraria onde se encontrar instalada a clínica sob sua responsabilidade. § 2º. O cirurgião-dentista somente poderá ser responsável técnico por uma única entidade prestadora de assistência odontológica, sendo vedada, inclusive, a acumulação de responsabilidade técnica por 2 (duas) entidades prestadoras de serviços odontológicos, quando uma delas tiver finalidade filantrópica, não recebendo desta nenhuma remumeração. § 4º. No caso de afastamento do cirurgião-dentista responsável técnico, o mesmo deverá ser imediatamente substituído, e essa alteração enviada em nome da empresa, acompanhada de declaração do novo responsável técnico, dentro de 30 (trinta) dias, ao Conselho Regional, sob pena de cancelamento da inscrição da entidade. § 5º. Será considerado desobrigado o cirurgião-dentista que comunicar, por escrito, ao Conselho Regional que deixou de ser responsável técnico pela entidade, desde que comprove ter dado ciência de seu afastamento à entidade da qual pretende desvincular sua responsabilidade técnica. § 6º. O não cumprimento do estabelecido no parágrafo anterior, implicará na continuidade da responsabilidade tocirica de esta plas tiraçãos éticas cometidas pela entidade. § 7º. "Admite-se, ainda, como exceção ao parágrafo 2º. acumulação de responsabilidade técnica, quando for entidade prestadora sujeita à administração direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal." Sendo a expressão da verdade, firmamos o presente.		, CEP	, na cidade de
É obrigatória a existência, em quaisquer das entidades prestadoras de serviços, de um cirurgião- dentista como responsável técnico. *Em caso se laboratório de prótese dentária, poderá ser um Técnico em Prótese Dentária ou um Cirurgião Dentista — art. 95, alínea c". § 1º. Necessariamente, o responsável técnico deverá ser um cirurgião-dentista com inscrição no Conselho Regional da jurisdição, quite com sua tesouraria onde se encontrar instalada a clínica sob sua responsabilidade. § 2º. O cirurgião-dentista somente poderá ser responsável técnico por uma única entidade prestadora de assistência odontológica, sendo vedada, inclusive, a acumulação de responsabilidade de filial. § 3º. Admite-se, como exceção ao parágrafo anterior, acumulação de responsabilidade técnica por 2 (duas) entidades prestadoras de serviços odontológicos, quando uma delas tiver finalidade filantrópica, não recebendo desta nenhuma remuneração. § 4º. No caso de afastamento do cirurgião-dentista responsável técnico, o mesmo deverá ser imediatamente substituído, e essa alteração enviada em nome da empresa, acompanhada de declaração do novo responsável técnico, dentro de 30 (trinta) dias, ao Conselho Regional, sob pena de cancelamento da inscrição da entidade. § 5º. Será considerado desobrigado o cirurgião-dentista que comunicar, por escrito, ao Conselho Regional que deixou de ser responsável técnico pela entidade, desde que comprove ter dado ciência de seu afastamento à entidade da qual pretende desvincular sua responsabilidade técnica. § 6º. O não cumprimento do estabelecido no parágrafo anterio, implicará na continuidade da responsabilidade do cirurgião-dentista pelas infrações éticas cometidas pela entidade. § 7º. "Admite-se, ainda, como exceção ao parágrafo 2º, acumulação de responsabilidade técnica, quando for entidade prestadora sujeita à administração direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal." Sendo a expressão da verdade, firmamos o presente.		, Estado da PARAÍBA.	
Nome Legivel:	Sendo a express	*Em caso se laboratório de prótese dentária, poderá ser um a Dentista – art. 95, alínea c". § 1º. Necessariamente, o responsável técnico deverá ser um a Regional da jurisdição, quite com sua tesouraria onde responsabilidade. § 2º. O cirurgião-dentista somente poderá ser responsável te assistência odontológica, sendo vedada, inclusive, a acumulaç § 3º. Admite-se, como exceção ao parágrafo anterior, acumula 2 (duas) entidades prestadoras de serviços odontológicos, quaño recebendo desta nenhuma remuneração. § 4º. No caso de afastamento do cirurgião-dentista responsáv substituído, e essa alteração enviada em nome da empresa, aco técnico, dentro de 30 (trinta) dias, ao Conselho Regional, entidade. § 5º. Será considerado desobrigado o cirurgião-dentista que que deixou de ser responsável técnico pela entidade, des afastamento à entidade da qual pretende desvincular sua respo § 6º. O não cumprimento do estabelecido no parágraf responsabilidade do cirurgião-dentista pelas infrações éticas co § 7º. "Admite-se, ainda, como exceção ao parágrafo 2º, acumu entidade prestadora sujeita à administração direta ou indireta, ao da verdade, firmamos o presente.	cirurgião-dentista com inscrição no Conselho se encontrar instalada a clínica sob sua écnico por uma única entidade prestadora de ão de responsabilidade de filial. ção de responsabilidade técnica por ando uma delas tiver finalidade filantrópica, el técnico, o mesmo deverá ser imediatamente sob pena de declaração do novo responsável sob pena de cancelamento da inscrição da comunicar, por escrito, ao Conselho Regional de que comprove ter dado ciência de seu nsabilidade técnica. To anterior, implicará na continuidade da cometidas pela entidade. lação de responsabilidade técnica, quando for Federal, Estadual ou Municipal."
TAUDING LASSIANDE	Nome Legível		CPF

TERMO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Eu,
Cirurgião (ã) Dentista inscrito (a) no Conselho Regional de Odontologia da Paraíba sob inscrição número
declaro perante o CRO/PB ser responsável pela parte técnica da Pessoa
Jurídica de nome empresarial,inscrita no CNPJ sob número
<u> </u>
Declaro que me encontro () quite () em dia (cumprindo parcelamento) com a Tesouraria desse
Conselho, conforme determina a Consolidação das Normas e Procedimentos nos Conselhos de Odontologia,
em seu artigo 90, e seus parágrafos, aprovada pela Resolução CFO- 63/2005.
Declaro, ainda, que estou ciente da plenitude do art. 90 e seus parágrafos:
"Art. 90. É obrigatória a existência, em quaisquer das entidades prestadoras de serviços, de um cirurgião dentista como responsável técnico. (Em caso se laboratório de prótese dentária, poderá ser um Técnico em Prótese Dentária ou um Cirurgião Dentista — art. 95, alínea c") § 1º. Necessariamente, o responsável técnico deverá ser um cirurgião-dentista com inscrição no Conselho Regional da jurisdição, quite com sua tesouraria onde se encontrar instalada a clínica sob sua responsabilidade. § 2º. O cirurgião-dentista somente poderá ser responsável técnico por uma única entidade prestadora de assistência odontológica, sendo vedada, inclusive, a acumulação de responsabilidade de filial. § 3º. Admite-se, como exceção ao parágrafo anterior, acumulação de responsabilidade técnica por 2 (duas) entidades prestadoras de serviços odontológicos, quando uma delas tiver finalidade filantrópica, não recebendo desta nenhuma remuneração. § 4º. No caso de afastamento do cirurgião-dentista responsável técnico, o mesmo deverá ser imediatamente substituído, e essa alteração enviada em nome da empresa, acompanhada de declaração do novo responsável técnico, dentro de 30 (trinta) dias, ao Conselho Regional, sob penade cancelamento da inscrição da entidade. § 5º. Será considerado desobrigado o cirurgião-dentista que comunicar, por escrito, ao Conselho Regional que deixou de ser responsável técnico pela entidade, desde que comprove ter dado ciência de seu afastamento à entidade da qual pretende desvincular sua responsabilidade técnica. § 6º. O não cumprimento do estabelecido no parágrafo anterior implicará na continuidade da responsabilidade do cirurgião-dentista pelas infrações éticas cometidas pela entidade. § 7º. "Admite-se, ainda, como exceção ao parágrafo 2º, acumulação de responsabilidade técnica, quando for entidade prestadora sujeita à administração direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal."
Sendo a expressão da verdade, firmamos o presente.
,dede 20
Assinatura do Responsável Técnico

RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Conforme Art. 121, item IV, letra C da CNPCO – Consolidação das Normas Para Procedimentos Conselhos de Odontologia, aprovada pela resolução CFO N°63/2005, segue abaixo a relação profissionais da classe odontológica que irão trabalhar na Empresa						
(* Preencher com o nome da razão socia	al da empresa)		·			
CIRURGIÕES DENTISTAS:						
Nome	Nº CRO-PB	Especialidad	Especialidade (se houver)			
Discriminar apenas se já estiver registrada e Elínico Geral. DEMAIS CATEGORIAS (ASB, TSB,		. Caso contrário,	preenchercomo			
Nome	Categoria	N° CRO-PB				
Declaro ter informado todos os profission	nais que trabalharão na en	npresa.				
	,de		de 20			
Assinatura do Proprie	etário da Empresa / Respo	nsável Técnico				